



**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM  
SERVIÇOS DE SAÚDE - CICGSS**

**INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2024-SES/GO**  
**PROCESSO: 202300010051875**

**BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE,**  
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o  
nº 50.351.626/0001-10, com sede na Avenida São Paulo, nº  
340, Vila Brasil, Cesário Lange, CEP. 18.285-000, por sua  
procuradora credenciada, vem à ilibada presença desta r.  
Comissão, nos termos do artigo 24, VIII da Lei nº 13.019/14  
e item 11 do edital de chamamento público apresentar  
**RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão da Comissão  
Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde, pelos  
motivos de fato e de direito a seguir

**1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

O prazo assinalado para apresentação do  
recurso contra a decisão da r. Comissão, de acordo com o  
item 11 do edital são de **03 (três) dias úteis**, ou seja,  
contado da publicação no portal do Estado de Goiás,  
referente à fase de projetos, ocorrida no dia 10 de  
fevereiro p.p., o prazo para apresentação do recurso  
encerrar-se-á em 13 de fevereiro.



Portanto, tempestivo o presente recurso.

## **2. DA DECISÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO e RAZÕES DE INCONFORMISMO**

### **2.1. BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE**

Da atenta leitura do resultado preliminar e da matriz de avaliação, houve por bem a Comissão apontar sobre a **Comissão de Biossegurança**:

"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe a proposta de constituição desta comissão sobre membros, também exigidos para a composição de nota."

Porém, não houve vislumbre do projeto apresentado pela organização social, já que os itens indicados como faltantes estão contemplados nas **páginas 297 a 301**.

No item 4.1.3, referente à Comissão de Biossegurança, localizado na página 298-299, no **Capítulo II, artigo 2º ("Da Composição")**, e no **Capítulo III, artigo 3º ("Das atribuições")**, são apresentadas as diretrizes que detalham tanto a forma de composição da comissão quanto as atribuições e finalidades específicas de seus membros.



Ou seja, a entidade atendeu o critério de forma suficiente para obter a pontuação em níveis máximos.

Após, a r. Comissão mencionou sobre a **Comissão de Verificação de Óbitos:**

"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota."

Ocorre que os itens foram amplamente demonstrados nas **páginas 314 a 318.**

O item 4.1.6, na página 314, é descrito que a Comissão de Revisão de Óbitos tem como objetivo a análise detalhada dos óbitos ocorridos na Unidade. O **Regimento Interno da entidade** complementa essa introdução ao detalhar, no **Capítulo III**, os membros que a compõem.

Assim, o Regimento aprofunda os elementos do item 4.1.6 corretamente.

Também, sobre a **Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)**, a r. Comissão alegou:



"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe a proposta de constituição desta comissão (membros e finalidade), também exigidos para a composição de nota."

Porém, os itens não pontuados estão nas **páginas 361 a 370.**

A localização exata do item encontra-se no Capítulo I - Da Finalidade, apresentado na página 361 e no Capítulo II - Da Composição, apresentado na página 362. Assim, novamente, o Regimento aprofunda os elementos do item 4.1.12, necessários para a correta atribuição de nota.

Quanto a **Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde:**

*"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota."*

Mas, os itens não pontuados estão nas **páginas 374 a 380.**

O texto introdutório, na página 374, indica que a comissão a ser criada terá como finalidade atuar na



unidade de forma estruturada e organizada, em conformidade com a legislação vigente, com base em um plano de gerenciamento voltado à preservação da saúde pública e do meio ambiente.

Já no Capítulo III Da Composição, localizado à página 376, descreve quais membros comporão a referida comissão. Assim, o Regimento aprofunda os elementos do item 4.1.14.

Sobre o **Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)**, o apontamento diz:

*"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota."*

Diferentemente, o projeto apresentado pela BHCL dispõe sobre os itens não pontuados nas **páginas 435 a 446**.

Especificamente no Capítulo III Da Composição, apresentado nas páginas 439-440. Portanto, resta límpido que o Regimento aprofunda os elementos do item 4.1.16.



Sobre o critério da **Projeto de hospital ensino para a unidade** houve a menção:

*"Foi descrito às págs. 659 a 665 um texto sobre a intenção de projeto de Ensino, mas não foi apresentada a proposta formal de projeto de Hospital de Ensino."*

Os itens não pontuados estão nas **páginas 592 a 597.**

**Inicialmente apontamos que a referida descrição está apresentada no item 4.4.1.1, que se inicia na página 592 da Proposta Técnica - Volume 2.** Embora a comissão avaliadora tenha considerado o texto como uma mera intenção de projeto de ensino, é possível notar de forma clara que o texto propõe medidas concretas a serem adotadas, como exemplificado na página 596, que apresenta, no capítulo de considerações, diretrizes e posturas a serem implementadas.

Ademais, é importante destacar que a implantação do projeto deve ser analisada no contexto global, considerando que o texto já abrange e contempla medidas práticas alinhadas à proposta de ensino do hospital como diretriz institucional, carecendo assim, de majoração de pontuação neste critério.



Do mesmo modo, sobre a **Proposta e metodologia e Instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários:**

*"No ambiente hospitalar, visitante e acompanhante são termos que se referem a duas figuras distintas, cada uma com funções e permissões específicas, o item exige uma proposta voltada às visitas e a proponente discorreu sobre acompanhante na maioria de sua proposta, não sendo o objetivo. No entanto, as informações foram validadas pelo entendimento da interface das instruções dos visitantes e acompanhantes, porém faltou a devida personalização."*

Mas, os itens indicados como faltantes estão nas **páginas 604 a 607 do projeto apresentado por esta OSS.**

O texto abrangeu todas as matrizes solicitadas pela Comissão. Embora tenha sido descontada uma pontuação de 0,3. O Texto inicia apontando como será o controle de visitas, horários de visita por área, e quantitativo de visitantes/paciente.

Também, fora listado os próximos itens que compõe o texto: **Critérios para liberação de visitantes;**



**Critérios e Medidas de Controle de Risco para Visitas aos Pacientes; Deveres do Visitante; Visita Aberta e Direito a Acompanhante.**

Desse modo, é possível destacar que a própria Comissão reconheceu a validação do contexto apresentado e que o conteúdo seguiu fielmente a proposta estabelecida no Termo de Referência e no edital.

Quanto ao critério **Proposta de desenvolvimento de ações de ouvidoria vinculada à SES, com pesquisa de satisfação**, a r. Comissão alegou:

*"O Setor de Ouvidoria atua como canal institucional e estratégico. A proposta deve primar pela criação de um canal de comunicação eficiente entre os usuários e o Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, com o objetivo de receber, classificar e resolver demandas como reclamações, sugestões e elogios. Entende-se que deve ser oportunizado diferentes canais de atendimento, como telefone, e-mail e formulário eletrônico, além do SAU, caixa de sugestões e pesquisa de satisfação. O item exige a pesquisa de satisfação que tenha vinculação com a Secretaria de Estado de Saúde, traz a pesquisa, mas não atribui conexão com a SES neste item em questão."*



Porém, o critério em sua completude fora apresentado nas **páginas 610 a 613**.

O texto apresentado, com início na página 610, permite destacar que os usuários poderão se manifestar por meio da Ouvidoria da SES/GO.

Além disso, o telefone da Ouvidoria de Goiânia-GO e o link para manifestações via internet serão disponibilizados em cartazes ou outras formas de comunicação visual nas unidades, juntamente com informações sobre a ouvidoria local, para conhecimento dos usuários. Adicionalmente, o texto especifica que os prazos de resposta serão estabelecidos em conjunto com a SES/GO.

Dessa forma, há uma divulgação e uma articulação implícita na proposta que visam garantir a vinculação adequada das informações. Nesse sentido, podemos argumentar, dentro dos limites do raciocínio, que essa abordagem reflete a intenção de assegurar a efetividade do processo e uma vinculação com a SES/GO de atuação.

Agora, quanto a **Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares:**

*Descreve os critérios para padronização de medicamentos e área responsável (COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA). Apresenta*



MODELO DE MANUAL PARA PADRONIZAÇÃO DE  
MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPIT Não  
foi encontrado LISTA PADRONIZADA DE  
MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

A Lista com a padronização de materiais e  
medicamentos está descrita em **Anexo 18 - Manual de  
Compras.**, ou seja, houve a apresentação correta do  
critério.

Sobre a **Política de Recursos Humanos:**  
**Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com  
pesquisa periódica de clima organizacional e definição de  
uso das informações,** a r. Comissão dispôs:

*"Apresentada a Proposta de Desenvolvimento  
Humano que cita a pesquisa de Clima  
Organizacional sem detalhamento como  
formulários de pesquisa, como se dará a  
comunicação e nem cronograma de realização  
da pesquisa. Também não houve detalhamento  
do plano de Desenvolvimento do trabalhador  
nem das lideranças. Não foi descrito sobre  
o uso das informações desta pesquisa,  
quanto ao plano de trabalho envolvendo  
capacitação, PDI ou PDL. Planos de  
desenvolvimento Individual e de Lideranças  
nem um cronograma de treinamento."*

Porém, a entidade apresentou nas páginas  
**892 a 912**, inclusive o texto apresentado, da página 763 à



página 783, permite destacar o plano de capacitação dos líderes (Centro de treinamento de líderes - CTL) e dos colaboradores, bem como trata do desenvolvimento pessoal e profissional, e à página 764, o texto aborda o PDI.

Referente à Pesquisa de Clima Organizacional, o texto inicia na página 764, e aborda os itens citados nos apontamentos, e inclui, inclusive, as ações de melhorias previstas. Ainda sobre a pesquisa de clima, conforme abordado no texto, será realizada uma vez ao ano, e no nosso entendimento, diante da informação explícita, não é necessário o cronograma.

Portanto, demonstra-se que a r. Comissão deixou de atribuir pontos importantes para a Beneficência Hospitalar de Cesário Lange.

A entidade comprovou os critérios de pontuação exigidos, não havendo, portanto, razões para a manutenção de sua pontuação.

A manutenção da pontuação e posterior classificação constitui-se em descompasso com o instrumento convocatório e a lei de licitações.

## **2.2. DA HMTJ: HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS:**

A entidade HMTJ apresentou proposta financeira conforme menciona a r. Comissão:



"A HMTJ, ao realizar o dimensionamento de profissionais da área de enfermagem, adotou a modalidade de contratação por pessoa jurídica sem deixar claro se a empresa contratada está observando o piso salarial da categoria. Além disso, o quantitativo de profissionais apresentado no dimensionamento não permite verificar com clareza se está adequado aos requisitos legais do plano de trabalho."

Portanto, deve-se destacar que, da forma como foi descrita a modalidade de contratação por pessoa jurídica, não é possível verificar se a empresa contratada está cumprindo o piso salarial da enfermagem vigente.

Além disso, o dimensionamento apresentado não está suficientemente claro para permitir uma análise precisa sobre a adequação do plano de trabalho.

### **2.3. DO IGA: INSTITUTO DE GESTÃO ALIANÇA:**

Após breve análise do projeto apresentado pela entidade, nota-se que a forma como a remuneração foi apresentada gera insegurança jurídica, pois impede a análise objetiva do cumprimento do piso salarial da enfermagem.



Já que a ausência de uma distinção clara entre o salário base e as gratificações dificulta a verificação da legalidade da remuneração, podendo ensejar questionamentos sobre o respeito às normas trabalhistas e às diretrizes estabelecidas para a categoria.

Tal alegação soma-se a alegação da própria comissão:

*A IGA, ao apresentar a remuneração da enfermagem, inclui a soma do salário base com as gratificações. Dessa forma, não é possível verificar se o piso salarial da categoria está sendo devidamente cumprido.*

#### **2.4. DO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO**

O piso salarial da enfermagem é de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) para enfermeiros, R\$ 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais) para técnicos e R\$ 2.375,00 (dois mil e trezentos e setenta e cinco reais) para auxiliares e parteiras. Esse valor foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados no PL 2564/20.

Ou seja, considerando o cálculo por horas trabalhadas, o salário do enfermeiro de 36 horas semanais é de R\$3.800,00 e para o técnico de enfermagem é o salário de R\$2.660,00, de forma que escancara que o salário



apresentado para os profissionais Enfermeiro e técnicos de enfermagem estão abaixo do novo piso da enfermagem. Sendo R\$ 3.085,00 para o enfermeiro e R\$ 2.060,16, ambos com jornada de 36 horas semanais.

### **3. DO REQUERIMENTO**

*Ex positi*, requer se digne esta ínclita comissão de licitações o recebimento do apelo, seu processamento e acatamento, nos termos da fundamentação.

Não sendo esse o entendimento desta r. Comissão, o que se admite apenas por argumentação, requer, a imediata remessa à autoridade superior, por medida da mais lúdima Justiça!

Cesário Lange/SP, 13 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)




**BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE**  
**DEBORAH MENDES RIBEIRO CAPOVILLA**  
**PROCURADORA CREDENCIADA**

## Página de assinaturas



**Deborah Capovilla**  
460.075.918-40  
Signatário

### HISTÓRICO

- |                                |   |  |
|--------------------------------|---|--|
| <b>13 fev 2025</b><br>14:45:55 |    | <b>Aline de Oliveira Lourenço</b> criou este documento. ( Email: zlbadvogados@gmail.com, CPF: 303.389.888-23 )   |
| <b>13 fev 2025</b><br>14:47:25 |  | <b>Deborah Mendes Ribeiro Capovilla</b> (Email: deborahribeiro@adv.oabsp.org.br, CPF: 460.075.918-40) visualizou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |
| <b>13 fev 2025</b><br>14:47:25 |  | <b>Deborah Mendes Ribeiro Capovilla</b> (Email: deborahribeiro@adv.oabsp.org.br, CPF: 460.075.918-40) assinou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil    |

